



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpelação Oral

Durante o debate das LAG da área da administração e justiça para o ano financeiro de 2015, ajudei múltiplas vezes os cidadãos a fazerem chegar ao Governo os casos de infiltração em edifícios, problema que há muito deixa os residentes perplexos, e apresentei sugestões e opiniões sobre o assunto. No entanto, de acordo com a resposta do Governo, o espírito do ordenamento jurídico vigente é dar prioridade à protecção do direito à habitação e à privacidade, o que impede os executores da lei de entrar nas casas. Além disso, o Governo já realizou estudos técnicos e, no futuro, vai possivelmente rever o processo sumário, para, através do alargamento do âmbito e da definição de procedimentos e condições especiais, permitir ao juiz ordenar ao proprietário a respectiva reparação, sob o pressuposto do respeito pela privacidade dos cidadãos.

Ao mesmo tempo, de acordo com os média, «desde a criação em 2009, o Centro Interserviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios abriu processos para 11 960 casos, entre os quais 3500 continuam pendentes. Em 250 casos, suspeita-se que a pendência se deve à falta de colaboração do morador do piso de cima, que impossibilita a realização dos testes por parte do Governo»¹. Já se passou um ano e a nossa equipa continua a receber queixas constantes sobre infiltrações em apartamentos e fachadas de edifícios, o que demonstra, obviamente, que não houve melhorias neste âmbito.

Sobre este assunto, a pedido de alguns académicos e cidadãos, reitero a minha pergunta ao Governo: quanto ao caótico e de já longa data problema das infiltrações nos edifícios, o Governo já realizou estudos técnicos e

¹ «Dez mil casos de infiltração em 6 anos, Conselho Consultivo dos Serviços Comunitários espera soluções mais rápidas», Exmoo News, 7 de Maio de 2015.
IO-2016-04-12-Mak Soi Kun (P) apn



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

pretende fazer uma revisão para simplificar as formalidades. Qual é então o ponto de situação desses estudos e revisão? Até estar concluída a revisão jurídica, o problema é tratado seguindo a lei vigente, mas quando falta a colaboração do morador do piso de cima, quanto tempo é que se demora, no mínimo, desde a apresentação da queixa até à conclusão do processo? E quanto aos cidadãos atormentados por este problema, de que políticas efectivas é que o Governo dispõe para resolver as suas dificuldades?

Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

1. A pedido de alguns académicos e cidadãos, reitero a minha pergunta ao Governo: quanto ao caótico e de já longa data problema das infiltrações nos edifícios, o Governo já realizou estudos técnicos e pretende fazer uma revisão para simplificar as formalidades. Qual é então o ponto de situação desses estudos e revisão? Até estar concluída a revisão jurídica, o problema é tratado seguindo a lei vigente, mas quando falta a colaboração do morador do piso de cima, quanto tempo é que se demora, no mínimo, desde a apresentação da queixa até à conclusão do processo? E quanto aos cidadãos atormentados por este problema, de que políticas efectivas é que o Governo dispõe para resolver as suas dificuldades? Agradecia que me dessem explicações e esclarecimentos.

12 de Abril de 2016

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Mak Soi Kun